

REQUERIMENTO N° 5376, DE 2016

(Do Sr. Carlos Andrade)

Requer a instituição de Comissão Externa destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 38 e 117, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja instituída Comissão Externa com a finalidade de acompanhar a situação migratória de cidadãos venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima, especialmente nos municípios de Pacaraima e Boa Vista.

JUSTIFICAÇÃO

O fluxo de imigrantes venezuelanos tem aumentado gravemente no estado de Roraima desde o ano passado em decorrência do período de crise enfrentado pela Venezuela nos últimos anos. Em função das facilidades para cruzar a fronteira, dezenas de milhares de imigrantes oriundos daquele país deslocam-se para o Brasil em busca de alimentos, medicamentos e outros itens básicos. A esperança desses imigrantes em encontrar emprego e firmarem-se no país também impulsiona o aumento do fluxo migratório.

A principal porta de entrada para os imigrantes venezuelanos é o município de Pacaraima que, segundo a Polícia Federal de Roraima, recebe cerca de 90% dos imigrantes. Ainda segundo o órgão, entre janeiro e junho do ano de 2017, o Brasil recebeu cerca de 120

venezuelanos por dia, alcançando um total de 21.600 pessoas no período. Parte desses imigrantes segue para a capital do estado, Boa Vista, e outra parte permanece em Pacaraima, que segundo o IBGE possui 12.144 habitantes, o que explicita a gravidade do quadro.

Apesar dos comerciantes do município de Pacaraima relatarem um aumento significativo no volume de vendas, também houve mudanças nos hábitos da população local em função do elevado número de furtos, roubos e arrombamentos no comércio – ainda sem dados oficiais que associem diretamente os imigrantes a essas ocorrências. Nesse cenário, a crise econômica que o Brasil está atravessando torna a criação de postos de trabalho praticamente inexistente, o que inviabiliza a estadia dessa população no local com o mínimo de dignidade caso não haja uma significativa expansão da estrutura para recebimento de imigrantes, além da alocação específica de recursos para atendimento do aumento repentino da demanda por serviços públicos, como saúde e educação.

O aparato público mostra cada vez mais sinais de saturação no estado. Para cada 30 leitos no hospital, 25 estão sendo ocupados por venezuelanos acometidos por doenças como malária, esquistossomose e febre amarela. As escolas públicas também recebem continuamente pedidos de matrículas, mas não podem atendê-los devido a inexistência de vagas.

Desempregados, sem moradia, alimentos e remédios, esses imigrantes estão dormindo ao relento, realizando trabalhos informais e vivendo de esmolas. As crianças estão pedindo dinheiro nos sinais, permanecendo expostas à violência da cidade, que tem registrado um aumento crescente de ocorrências.

O degradante cenário intensifica-se com o aumento alarmante de mulheres submetendo-se à prostituição devido à falta de outras opções de trabalho para manterem-se financeiramente. Em muitos casos, as mulheres venezuelanas acabam sendo violentadas e sexualmente exploradas por criminosos que se aproveitam da vulnerabilidade econômica e social das imigrantes ilegais. Há casos, inclusive, sendo investigados pela Polícia Federal, de mulheres que foram aliciadas ainda na Venezuela para virem ao Brasil trabalharem como prostitutas em troca de promessas de alimentação e moradia.

Nesse contexto, o governo de Roraima decretou, ainda em 2016, estado de emergência na saúde e criou o Gabinete Integrado de Gestão Migratória, com a finalidade de planejar e executar ações de assistência aos imigrantes venezuelanos no estado. Em novembro de 2016, o Gabinete montou a estrutura provisória do Centro de Referência ao Imigrante, que funciona em parceria com organizações não governamentais, para cadastrar, fornecer alimentos, remédios e abrigo aos imigrantes, porém sem estrutura suficiente para atender toda a demanda do público. O Governo Federal tem sinalizado, por meio da sua atuação ministerial, a possibilidade da utilização de recursos da União no fornecimento da infraestrutura necessária ao acolhimento dos imigrantes.

A atuação articulada dos governos estadual e federal para resolução da questão migratória vivenciada por Roraima é de extrema importância dado que os governos locais sozinhos não dispõem dos recursos necessários para receberem os imigrantes de acordo com os princípios de prevalência dos direitos humanos e de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade presentes na Constituição brasileira.

O Brasil é mundialmente reconhecido pelo seu histórico de acolhimento aos imigrantes e, nessa situação em que cidadãos latino-americanos carecem de auxílio, não podemos atuar em dissonância com esses princípios constitucionais ou com os pactos internacionais dos quais somos signatários, tais como a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Por essa razão, todos os esforços devem ser concentrados para encontrar a melhor saída para os problemas aqui apresentados.

Por todo o exposto, considero fundamental a criação dessa Comissão Externa, para que deputados possam representar a Câmara dos Deputados, em seu papel de fiscalizadora da atuação do Poder Executivo, no acompanhamento das medidas a serem adotadas na região para lidar com o fluxo migratório que acomete o estado.

Além disso, dado o contexto de alta vulnerabilidade das mulheres imigrantes no estado, recomendo ainda que a referida Comissão tenha representantes da Bancada Feminina da Câmara na sua composição.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 2016.

Deputado Carlos Andrade

PHS/RR